



Demonstrativo da Previsão da Receita do Poder Legislativo para 2025

Base de Cálculo do Poder Legislativo (Art. 29-A da CF e inciso VI do art. 59 da LC Federal n° 101/2000 e E. C. 58/2009)

I – Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior – RREA (2024)

RECEITAS INCIDENTES	CÓDIGOS ORÇAMENTÁRIOS	ARRECADADO	ACUMULADO	PREVISÃO
		janeiro/setembro	outubro/dezembro	TOTAL
Receita Tributária	1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	52.418.306,91	17.366.964,09	70.393.114,74
Contribuição de Servidor Ativo Civil	1.2.1.5.01.1.1.00.00.00	8.060.061,49	581,49	8.060.663,33
Contrib p/Custeio do Serv Ilum Públ – COSIP	1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	1.703.790,12	2.026.239,88	3.800.948,40
Transf da União – Cota Parte do FPM	1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	53.106.416,40	20.983.233,60	74.824.063,18
Transf da União – Cota Parte do ITR	1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	2.012.330,41	5.326.669,59	7.525.433,44
Transf do Estado – Cota Parte ICMS	1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	62.470.939,51	18.790.272,49	81.918.871,54
Transf do Estado – Cota Parte IPVA	1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	10.817.862,97	1.150.495,03	12.008.625,33
Transf do Estado – Cota Parte IPI s/ Exp	1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	779.013,76	23.202,24	803.028,08
Transf do Estado – Cota Parte da CIDE	1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	49.069,58	38.084,58	88.487,12
Transf do Estado – Cota Parte art. ITCD	1.7.2.1.98.0.0.00.00.00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções das receitas acima (exceto CP= 105)	1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	-1.192.636,03	-819.742,49	-1.967.381,88
Total Receitas Base de Cálculo		190.225.155,12	64.886.000,50	257.455.853,26
Percentual Constitucional - Art. 29-A (até 7%)			Até 7%	18.021.909,73
Amortização do R P P S				0,00
DUODÉCIMO ANUAL				18.021.909,73
DUODÉCIMO MENSAL				1.501.825,81
Observações				
1-Fonte: Balancete da Receita PMA jan/set 2024				
2- A receita da Dívida Ativa e as Multas e Juros de mora da D.A. dos Tributos estão inseridas na Receita Tributária, conforme nova classificação editada pelo TCE/RS				
3- O grupo de Receitas da Dívida Ativa Contribuição Servidor Ativo p/ o RPPS foi EXTINTO - TCE/RS – PCASP				
4- A Amortização do RPPS, correspondente ao Poder Legislativo, passou a ser financiado mediante recurso próprio, no exercício 2023, conforme estipulado na Lei municipal nº 6.577/2022				
5- A Cota extra do FPM - 1% de julho, 1% de setembro, 1% de dezembro e Cota Extra FPM LC 198/2023 estão inseridos na estimativa de transferência do FPM principal				